

AS DIFERENTES FASES DA PERESTROIKA SOVIÉTICA: DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO E A ECONOMIA POLÍTICA

Angelo de Oliveira Segrillo

Professor do Departamento de História da UFRJ.

O presente artigo apresenta uma análise das diferentes fases da perestroika soviética através de uma descrição das leis e decretos mais importantes promulgados e que representaram verdadeiros *turning points* no desenrolar daquele processo histórico. Para isto foi realizada uma minuciosa pesquisa direta em fontes primárias legislativas russas que, comparadas com os desenvolvimentos político-sociais na URSS, formam um quadro do que se passou naquele país nos anos de 1985 a 1991.

Palavras-chave: perestroika, União Soviética, socialismo.

This article presents an analysis of the different phases of perestroika by means of a description of the most important decrees and laws which represented real turning points of that historical process. The author did a careful research of the main sources of legislative acts available in Russia. The gist of these legislative acts was then compared with the socio-political and economic developments in the USSR at that time, thus forming a general framework of analysis from which to view what happened in that country between 1985 and 1991.

Key words: perestroika, Soviet Union, socialism.

INTRODUÇÃO

Os eventos da perestroika soviética transcorreram de maneira tão rápida e radical que “atropelavam” mesmo as mais mirabolantes previsões e análises feitas na época. Atualmente, já com a vantagem da visão retrospectiva, pode-se discernir uma certa lógica no processo. Partindo de uma pesquisa minuciosa da legislação promulgada de 1985 a 1991 na URSS,¹ este artigo pretende mostrar que, do ponto de vista da economia política, a perestroika passou por algumas fases distintas, que seriam:

1985-1987: fase da “descentralização socialista”

1988 : fase de transição

1989- início de 1990 : fase da “economia de mercado”

final de 1990 e 1991 : fase da “desintegração e restauração capitalista”

¹ Neste artigo, para a enumeração dos decretos e medidas do governo soviético, são utilizadas quatro fontes primárias russas principais: *Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva SSSR* (SP SSSR ou “Coleção dos Decretos do Governo da URSS”), *Vedomosti Verkhovnogo Soveta SSSR* (VVS SSSR ou “Registro Oficial do Soviete Supremo da URSS”), e os diários *Pravda* e *Izvestiya* que, como órgãos oficiais, respectivamente, do Comitê Central do PCUS e dos Sovietes regionais e nacional, publicavam, na íntegra, os decretos e leis mais importantes destas instituições. O autor procurou valer-se também de sua experiência pessoal na URSS, cursando mestrado em Moscou na época da perestroika, para a exposição das mudanças na atmosfera ideológica prevalente nas diversas fases deste processo. O objetivo deste artigo é, assim, realizar uma descrição dos principais acontecimentos da perestroika, do ponto de vista histórico e da economia política, baseada minuciosamente em fontes primárias russas (atualmente disponíveis somente na língua original) e, a partir daí, elaborar algumas conclusões gerais que permitam um melhor entendimento destas diferentes fases mencionadas.

FASE DA “DESCENTRALIZAÇÃO SOCIALISTA” (1985-1987)

11 março 1985 - Gorbachev eleito secretário geral do PCUS.

23 abr. 1985- Reunião Plenária organizacional do Comitê Central (CC) do PCUS (geralmente considerada o início “oficial” da Perestroika).

7 maio 1985 - Decreto do Conselho de Ministros dá início a campanha anti-alcoolismo na URSS. (SP SSSR 1985, n. 17, item 82)

12 jul. 1985 - Decreto conjunto do CC do PCUS e do Conselho de Ministros “Sobre a Disseminação dos Novos métodos de administração econômica e fortalecimento e aceleração do progresso científico-técnico” expande para outras empresas e ramos industriais um experimento econômico iniciado em 1984 que dava maior autonomia às empresas para decidirem a melhor maneira de produzirem da maneira mais efetiva. Às empresas, como incentivo, eram alocados preços maiores para produtos superiores em termos de técnica ou de qualidade e preços menores para produtos de qualidade inferior. (SP SSSR 1985, n. 23, item 115)

1986:

25 fev. a 6 de mar. 1986 - XXVII Congresso do PCUS, que confirma oficialmente o curso das reformas. Nas eleições ali realizadas, Gorbachev consegue aumentar o número de dirigentes favoráveis às reformas e criar uma base de poder mais sólida no partido.

15 maio 1986 - Decreto do CC do PCUS “Sobre Medidas Para Fortalecer a Luta Contra as Rendas não Provindas do Trabalho” prepara esforços para combater a especulação, mercado negro, a utilização de materiais das empresas gover-

namentais para uso privado, e outras formas ilegais de obtenção de rendas pessoais. (SP SSSR 1986, n. 21, item 119)

19 jun. 1986 - Lei do Soviete Supremo “Sobre o Plano Estatal Para Desenvolvimento Econômico e Social No Período 1986-1990” regulamenta o XII Plano Quinquenal da URSS estabelecendo as metas de crescimento econômico até o final da década. (VVS SSSR 1986, n. 26, item 481)

28 ago. 1986 - Decreto conjunto do CC do PCUS, do Conselho de Ministros e do Conselho Central dos Sindicatos da União “Sobre Medidas Para Melhorar a Organização dos Salários e Introduzir uma Nova Escala de Pagamentos para os Trabalhadores dos Setores Produtivos da Economia” visa aproximar mais o nível do pagamento ao resultado e qualidade do trabalho e aumenta o diferencial de pagamento do pessoal (principalmente engenheiros) mais qualificado. (SP SSSR 1986, n. 34, item 179)

19 nov. 1986 - Lei do Soviete Supremo “Sobre a Atividade de Trabalho Individual” permite o trabalho privado individual (em tempo integral para aposentados e fora do horário de expediente para outros trabalhadores) em todos os ramos da economia, exceto os proibidos pela legislação (fabricação de armas, remédios, drogas, etc.). (VVS SSSR 1986, n. 47, item 964) **Atenção: não se liberou, todavia, a livre contratação de trabalho assalariado de terceiros.**

[**Comentário:** o ano de 1985 foi marcado pela palavras de ordem de mudança do novo secretário geral do PCUS. Preocupado com as decrescentes taxas de crescimento econômico e o aumento do hiato tecnológico com o ocidente dos anos 70 e 80, Gorbachev (1987-1990, v. 2, p. 252-253) propunha políticas para a **uskorenie** (“aceleração”) da economia e do progresso técnico soviético. Considerava-se que o centralismo (quando excessivo e autoritário) estava tor-

nando-se um freio para o desenvolvimento da economia na época da Revolução Científico-Técnica. A saída seria uma certa descentralização do poder econômico para as empresas e localidades, aumentando assim a iniciativa individual e local e a responsabilidade das empresas pelos prejuízos e lucros. Entretanto, duas coisas precisam ser notadas. Em 1985 e 1986, Gorbachev afirmava constantemente que as palavras de ordem de “perestroika”, “glasnost”, “auto-gestão”, “auto-governo”, “auto-financiamento”, etc. eram uma forma de aperfeiçoamento do sistema socialista, dentro do slogan “mais democracia, mais socialismo”. (Gorbachev, 1987-1990, v. 3, p. 282) Apesar de toda a retórica, durante 1985 e 1986, devido às disputas internas no partido quanto ao melhor rumo a tomar, nenhuma medida saía radicalmente do figurino das medidas socialistas ou colocava em perigo eminente o planejamento centralizado *per se*. Inclusive as medidas tinham caráter parcial, em sua maioria abrangendo **setores** da economia mais do que o sistema econômico como um todo (ex: a campanha anti-alcóolica, o decreto de 12 de julho de 1985, que disseminava os experimentos econômicos para outras empresas e setores da economia, etc.). O decreto que mais se afastava de medidas já tentadas no passado talvez tenha sido o de 21 de novembro de 1986, permitindo o trabalho individual privado.

Como em 1985 e 1986 a economia não dava sinais de elevar significativamente as baixas taxas de crescimento econômico, Gorbachev radicalizou seu discurso a partir do verão de 1986. (Aslund, 1991, p. 33) Até ali ele tinha se concentrado mais nos aspectos econômicos da **uskorenje**; a partir dali ele se virou para a necessidade de uma *perestroika* (= “reestruturação”) no sistema político. Sem uma reforma no funcionamento do sistema político, com maior democratização

e *glasnost* (= “transparência) seria difícil a perestroika econômica ser bem sucedida.

Devido a necessidade de resultados positivos, seriam adotadas medidas econômicas mais concretas em 1987. Nos círculos oficiais estas medidas eram vistas como algo radicais, mas ainda dentro do conceito de que representavam um aperfeiçoamento do sistema socialista. (VVS SSSR 1987, n. 26, item 384, p. 422) Em certos setores da sociedade em geral (por exemplo, em algumas das organizações chamadas “informais” ou entre círculos de economistas radicais), 1987 marca o início de uma discussão, ainda restrita, da necessidade de uma reforma com “elementos de mercado”].

1987:

13 jan. 1987 - decreto conjunto do CC do PCUS e do Conselho de Ministros “Sobre o Procedimento Para Criação de Joint Ventures...” com empresas estrangeiras (inclusive ocidentais), que liberalizava as condições para a criação deste tipo de empresa na URSS. (SP SSSR 1987, n. 9, item 40) Atenção: ainda era exigida a participação majoritária mínima de 51% do lado soviético no controle da joint venture.

26 jun. 1987 - Reunião plenária do CC do PCUS.

27 jun. 1987 - Por decisão de sua reunião plenária no dia anterior, o CC do PCUS publica a chamada “Regulamentação básica [*Osnovnye Polozheniya*] Para a Restruturação [*perestroika*] Radical da Administração da Economia”. (Pravda, 27/06/97, p. 2 e 3) No texto de *Osnovnye Polozheniya* é afirmado literalmente que todos os esforços de reforma até então tinham tido caráter parcial e que era importante esta regulamentação mais global que sistematizava as medidas necessárias (e obrigatórias ao governo) para realizar **na prática**

(e não apenas como intenções no papel) os ideais de “auto-financiamento” das empresas, maiores poderes descentralizados para as autoridades locais, etc.

30 jun. 1987 - Para dar caráter legal e obrigatório às diretivas contidas em *Osnovnye Polozheniya* acima, o Soviete Supremo aprova o decreto “Sobre a Restruturação da administração da Economia na atual etapa do Desenvolvimento Econômico do País” (VVS SSSR 1987, n. 26, item 384) e a lei “Sobre A Empresa Estatal” (VVS SSSR 1987, n. 26, item 385). Nesta lei, é estipulado que as empresas estatais do país passariam obrigatoriamente, a partir de 1 de janeiro de 1988, ao regime de auto-financiamento (seriam responsáveis por seus lucros e perdas, não tendo mais seus prejuízos cobertos pelo orçamento central) e que o planejamento central do governo para as empresas passaria gradualmente a ter caráter mais *indicativo* que *diretivo* (obrigatório). As empresas passariam gradualmente a estabelecer contratos de fornecimento diretamente entre si: a distribuição organizada centralmente seria substituída por *encomendas governamentais* que cobririam uma parte da produção, sendo o resto decidido pela competição das empresas entre si. Do ponto de vista da economia política, um aspecto interessante é a possibilidade (implícita) de *falência* às empresas que se tornassem deficitárias por longo tempo. Interessante também a determinação da lei de que os diretores fossem eleitos diretamente pelos próprios trabalhadores da empresa (o resultado sendo sujeito a confirmação dos órgãos superiores).

17 jul. 1987 - Seguindo as diretrizes de *Osnovnye Polozheniya*, múltiplos decretos do CC do PCUS e do Conselho de Ministros introduzem modificações substanciais no funcionamento dos ministérios, do Gosplan, do Gosnab, do Co-

mitê Estatal de Ciências, do sistema bancário e financeiro, do serviço de estatísticas e propõe uma reforma no sistema de preços (levando mais em consideração as necessidades de oferta e demanda). (SP SSSR 1987, n. 33, item 115; *Ibid.*, n. 34, itens 116 e 117; *Ibid.*, n. 35, item 118; *Ibid.*, n. 36, itens 119 e 120; *Ibid.*, n. 37, item 121; *Ibid.*, n. 38, itens 122 a 124)

Novembro de 1987 - Yeltsin cai em desgraça e perde o posto de primeiro secretário do PCUS em Moscou (posteriormente perderá também seu posto de membro-candidato do Politburo).

[**Comentário:** O ano de 1987 marcou a guinada do governo para implementar *na prática* os slogans de “auto-financiamento”, “auto-gestão”, “descentralização do poder econômico e político”, etc. Como colocou Fernandes (1991, p. 210), até 1987 estas iniciativas podem ser consideradas claramente ainda dentro do “âmbito das medidas socialistas”. **As empresas, apesar de deverem obter maior autonomia e responsabilidades, permaneceriam ainda basicamente estatizadas.** O discurso oficial, até então, sempre sustentou que as medidas adotadas visavam a “fortalecer o socialismo”, tornando-o mais dinâmico e retificando deficiências do passado. (VVS SSSR 1987, n. 26, item 384, p. 422) De uma maneira geral, a lógica de todo o período 1985-1987 era de uma “descentralização” do poder decisório e da administração econômica (auto-financiamento das empresas, auto-gestão, maior poder às instâncias locais de governo e partido, etc.) a fim de aumentar a iniciativa individual e local para a tentativa de retomada (aceleração) do crescimento econômico e do progresso científico-técnico. Até 1986, Gorbachev se concentrou mais nas medidas que visavam a *uskorenie* (aceleração) do progresso econômico-técnico. A

partir do verão-outono de 1986, em virtude da dificuldade de tirar das intenções do papel e concretizar, na prática, suas propostas econômicas, o líder soviético passou a enfatizar a necessidade da *perestroika* política do país e da *glasnost* (provavelmente com vistas a vencer as resistências da burocracia, através de um apelo à participação mais democrática das massas). 1987 marcaria uma grande aceleração da *glasnost* (= “transparência” política), inclusive propiciando o surgimento e propagação de pontos de vistas mais radicais que os do próprio secretário-geral (ver, por exemplo, Khanin, 1988). Como 1987 também não trouxe melhorias concretas, nem no crescimento econômico lento do país, nem em melhorias substanciais do bem-estar social, a *glasnost* incrementada em 1987 propiciou que 1988 fosse uma época de radicalização dos debates, com alguns setores já indo bem mais além da posição do secretário-geral e inclusive sugerindo que a mera descentralização ou reforma do sistema comando-administrativo não seria suficiente: seria necessário introduzir elementos claramente “de mercado” (algumas formas de propriedade não-estatal, maior espaço para a lei da oferta e procura independentemente do controle governamental, etc.). Assim, 1988 pode ser considerado um período de transição e disputa ideológica: algumas correntes tentando manter as medidas dentro do âmbito ainda da regulação estatal, outras já tentando puxá-las para fora puramente deste âmbito. Este debate atingiria a própria cúpula do poder: dentro do Politburo, Yegor Ligachev liderava os setores que desejavam uma *perestroika* mais moderada, enquanto que Aleksandr Yakovlev representava o setor mais liberal. A partir de 1987, o conflito entre estas duas figuras públicas (e os grupos com quem se afinavam) se tornaria cada vez mais sério e marcaria grande parte do período posterior. (Ligachev, 1996, p. 98-100)]

FASE DE TRANSIÇÃO ENTRE "DESCENTRALIZAÇÃO SOCIALISTA" E "ECONOMIA DE MERCADO" (FINAIS DE 1987 E 1988)

Fevereiro 1988 - Começo da disputa violenta entre armênios e azerbaijanos pelo território de Nagorno-Karabach. Este seria o estopim que marcaria o início da explosão das rivalidades inter-étnicas que, principalmente a partir de 1989-90, abalariam a URSS.

13 mar. 1988 - publicação, no jornal *Sovetskaya Rossiya*, da carta da leitora Nina Andreyeva intitulada "Não Posso Abandonar Meus Princípios", onde a autora argumentava que os ataques a Stalin e algumas outras atitudes tomadas durante a Perestroika eram uma maneira disfarçada de tirar o país do caminho do socialismo. A carta polarizaria as opiniões no país.

26 maio 1988 - Promulgada a *lei sobre cooperativas* na URSS. (VVS SSSR 1988, n. 22, item 355) Ela permite a criação de cooperativas (com mínimo de três membros) que funcionarão administrativa e economicamente **totalmente independentes** do governo. Importante: **é permitida a contratação de mão de obra assalariada de terceiros** (na forma de contratos temporários ou de longo prazo).

Verão 1988 - XIX Conferência do PCUS. Como notou Aslund (1991, p. 204), a partir desta conferência e do *Plenum* do CC do PCUS que se seguiu, Gorbachev conseguiu diminuir a interferência direta do PCUS no controle da economia em favor da ampliação dos poderes dos ministros econômicos do governo.

2 dez. 1988 - Decreto do Conselho de Ministros sobre as atividades de comércio exterior das empresas estatais e cooperativas. (SP SSSR 1989, n. 2, item 7) Este decreto permite às empresas (mesmo cooperativas) exportar e importar por con-

ta própria pela primeira vez desde a instalação do monopólio estatal do comércio exterior na URSS na década de vinte.

[Comentário: o ano de 1988 foi um ano de transição. Os debates se radicalizaram e, na *mídia*, começaram a se tornar mais freqüentes os pontos de vista de que era necessário introduzir elementos de mercado para melhorar o sistema econômico soviético. O governo começou a seguir nesta direção, ainda que continuasse a clamar que as medidas representavam um “aperfeiçoamento do socialismo”. As expressões “mercado socialista” e “socialismo de mercado” começaram a se tornar freqüentes. Este debate (entre os que tentavam manter a perestroika ainda dentro do nível da regulação estatal e os que tentavam já sair dela) foi ilustrado claramente na *lei sobre as cooperativas*. Por um lado, a lei afirmava que as cooperativas eram uma forma *social* de propriedade. Por outro lado, a mera exigência formal de pelo menos três cooperados na fundação, quando conjugada com a permissão de contratação de mão de obra alheia, de forma independente da regulação estatal, levou a que rapidamente o termo “cooperativa” se tornasse mero eufemismo para *empresa particular*. Devido ao mercado permanentemente comprador, as cooperativas começaram a oferecer produtos em falta na rede estatal, mas cobrando preços muito mais altos que as lojas do governo. Isto aumentou a confusão ideológica na sociedade, pois, anteriormente, a venda por particulares de bens em falta, acima dos preços oficiais, chamava-se *especulação* e era crime previsto em lei. Esta divisão ideológica ficou bem demarcada pelas reverberações da publicação da carta de Nina Andreyeva no jornal *Sovetskaya Rossiya*, que polarizou as opiniões.

A quebra do monopólio estatal do comércio exterior (visando flexibilizar e facilitar as necessidades de importação e exportação das empresas) também teve um efeito colateral

complicador: atividades especulativas com exportação e importação de bens, serviços ou moedas fortes se tornariam comum no futuro.

O ano de 1988 teve um índice relativamente razoável de crescimento econômico em relação aos três anos anteriores (4,4% contra, respectivamente, 1,6%, 2,3% e 1,6% de 1985, 1986 e 1987). Entretanto, as dificuldades com abastecimento, queda do nível de vida, aumento da especulação generalizada, etc. aumentavam. Premido entre todos estes dados, e pressionado pelos grupos mais radicais (liberais) que propugnavam uma desmonopolização da economia e um aumento da competição de mercado entre as empresas para resolver os problemas de abastecimento, o governo passa a adotar em 1989 medidas cada vez mais neste sentido.]

FASE DA “ECONOMIA DE MERCADO” (1989 E PRIMEIRO SEMESTRE DE 1990)

26 mar. 1989 - Eleições para o **Congresso de Deputados do Povo** (o parlamento soviético). Estas eleições tinham importância histórica, pois foram as primeiras depois da promulgação das novas leis que permitiam candidatos independentes e uma campanha eleitoral relativamente livre. Apesar do PCUS ainda ser o único partido permitido por lei, grupos não-oficiais (principalmente movimentos nacionalistas) se organizaram e participaram. No Báltico, os candidatos apoiados pelos movimentos autonomistas conseguiram resultados bastante expressivos, conquistando inclusive a maioria das vagas em certos locais. O PCUS, em virtude de sua tradição e do domínio que tinha da máquina estatal, elegeu 87% dos deputados.

1 abr. 1989 - Decreto do Conselho de Ministros sobre *arrendamento* na URSS (SP SSSR 1989, n. 19-20, item 63) permite o arrendamento, por particulares, de empresas ou

instalações do governo. Destinado principalmente (mas não apenas) a melhorar a qualidade dos serviços na URSS (exemplo: cabeleireiros, pequenas lojas, etc.), era baseado no princípio de que “o patrimônio permanece propriedade estatal, mas o usufruto (e a renda daí resultante) é do arrendatário”.

Outubro 1989 - Como resultado do trabalho da “Comissão Estatal para a Reforma Econômica” (criada em 5 de julho de 1989 e ligada ao Conselho de Ministros) é publicado o projeto de um programa intitulado “Reforma Econômica Radical: Medidas Imediatas e a Longo Prazo”. Denominado de “Plano Abalkin”, em referência ao nome do chefe da Comissão, o programa propugnava a criação de uma economia com formas múltiplas de propriedade: estatal, cooperativa, arrendamento “e outras”. Apesar de evitar utilizar a palavra “propriedade privada”, o plano propõe-se a uma passagem decidida a adoção de “mecanismos de mercado”, como preços livres, competição econômica, criação de bolsas de valores, etc.

[comentário: no ano de 1989 e início de 1990 a palavra chave era “economia de mercado”. Premido por uma economia que teimava em não se acelerar, com dificuldades crescentes de abastecimento, o PCUS (ele mesmo dividido) começava a perder o controle absoluto não apenas da economia, como do processo político. Organizações informais das mais diversas matizes ideológicas proliferavam, movimentos nacionalistas se organizavam nas repúblicas e exigiam maior autonomia do centro. Como remédio para as dificuldades de abastecimento, certos grupos (principalmente os que passariam a ser chamados de “democratas”, por exigirem o fim do unipartidarismo na URSS) propugnavam a instalação de uma *economia de mercado*, com desmonopolização, privatização de parte das estruturas estatais, aumento da concorrência en-

tre as empresas para, através da lei de oferta e procura, diminuir-se as pressões inflacionárias, etc. Em 1989 e início de 1990 ainda não se empregava abertamente o termo capitalismo e sim o eufemismo “economia de mercado” que continha um tom ideologicamente menos ofensivo. A partir da segunda metade de 1990, com a crescente (e já alarmante) crise econômica e de abastecimento, e com o desmoronamento do sistema monopartidário, estes escrúpulos foram deixados de lado e a palavra *capitalismo* já passava a ser utilizada por alguns democratas mais radicais (enquanto que no campo governamental, apesar de não ser mencionado ainda o termo *capitalismo*, ficava claro que as reformas caminhavam na direção da adoção de mecanismos próprios dos países capitalistas).

O final do anos de 1989 e 1990 seriam marcados também pela escalada das disputas inter-étnicas entre diversas das (mais de cem) nacionalidades que compunham a URSS.]

FASE DA DESINTEGRAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA (FINAIS DE 1990 E 1991)

28 fev. 1990 - Lei sobre o uso da terra na URSS. (*Izvestiya*, 06/03/90, p. 1-2)

6 mar. 1990 - Lei sobre a Propriedade na URSS (*Izvestiya*, 10/03/90) estabelece que diversas formas de propriedade seriam aceitas na economia além da estatal (cooperativas, arrendamento, sociedades por ação, pessoal dos cidadãos) e que todas deveriam ser igualmente respeitadas.

13 mar. 1990 - O Soviete Supremo cria o cargo de Presidente da URSS, (elegendo, simultaneamente, Gorbachev para o mesmo) e termina com o monopartidarismo no país através da revogação do artigo 6 da constituição de 1977 que deter-

minava que o PCUS era o “líder e força-guia na sociedade soviética e o núcleo de seu sistema político”.

Março-abril 1990 - Lituânia (a 11/03/90), Estônia (a 30/03/90) e Letônia (a 04/05/90) declaram unilateralmente sua independência da URSS.

29 maio 1990 - Yeltsin, rival de Gorbachev, é eleito presidente do Soviete Supremo da Federação (República) Russa.

2-3 Jul. 1990 - XXVIII Congresso do PCUS. Um dos resultados deste congresso é uma diminuição maior da influência do PCUS como um todo na condução do governo, desta vez em prol do aumento do poder pessoal de Gorbachev, eleito em março para o recém-criado cargo de Presidente da URSS.

16 ago. 1990 - Decreto do Conselho de Ministros sobre medidas para a desmonopolização da economia. (SP SSSR 1990, n. 24, item 114)

Setembro-outubro 1990- Por encomenda de Gorbachev, dois grupos de trabalho elaboram programas para a passagem do país a uma economia de mercado. Uma comissão, composta principalmente de economistas mais radicais, redige o projeto “Transição ao Mercado: Concepção e Programa”. Mais conhecido como “Plano Shatalin”, ou “Plano dos 500 dias” ele propunha uma passagem extremamente rápida e radical a uma economia de mercado no prazo de 500 dias, através, entre outras medidas, de um programa de privatização imediata, em larga escala. A palavra “socialismo”, inclusive, não era mencionada nem uma só vez no programa. O segundo grupo, formado principalmente por funcionários governamentais e alguns ministros, cria o “Programa Governamental para a Formação das Estruturas e Mecanismo de uma Economia de Mercado Regulado”. Conhecido também como “Plano Ryzhkov”, este propunha uma passagem mais gradual e prudente à uma

economia de mercado (em que o governo ainda teria um papel regulador forte). Indeciso, sem se satisfazer com nenhum dos dois projetos, Gorbachev pede ao economista Abel Aganbegyan para elaborar um projeto que mesclasse os outros dois. O resultado também não foi satisfatório. Todos os projetos foram rejeitados pelo Soviete Supremo que, em 24 de setembro de 1990, deu um prazo de três semanas para Gorbachev apresentar um programa próprio. Este assim o fez e, em 19 de outubro, o Soviete Supremo aprova, por decreto, as “Orientações Básicas Para a Estabilização Econômica e Transição Para a Economia de Mercado”. Neste ínterim, aumenta o potencial de choque de poderes entre o governo central e a Rússia, pois em 11 de setembro de 1990, o Soviete Supremo da República Russa havia aprovado o “Plano Shatalin” para a república (uma decisão mais simbólica que concreta, pois, sem apoio do governo e ministérios centrais, ficaria prejudicada a implementação do programa).

4 out. 1990 - Decreto Presidencial sobre medidas prioritárias para a transição às relações de mercado. (VVS SSSR 1990, n. 41, item 827)

[Comentário: No ano de 1990, principalmente em seu final, o eufemismo “economia de mercado” passa a tomar conotações mais claras de adoção de diversas medidas de uso corrente no capitalismo, incluindo a necessidade de privatização em vários setores. Os chamados “democratas”, mais radicais, utilizam o termo como eufemismo, mais ou menos claro, para “capitalismo”. O governo já parou de falar de “mercado socialista” e fala de “mercado” apenas, mas diz que se propõe a uma economia de mercado “regulado” (*reguliruemaya rynochnaya ekonomika*). (SP SSSR 1990, n. 24, item 114, p. 519) Igualmente, a idéia da privatização, (pelo menos, em princípio), passou a ter aceitação, não só nos círculos mais

radicais, como nos governamentais, apenas com uma nuance lingüística. O governo procurava utilizar a palavra *razgsudarstvenie* (“desestatização”) em seus decretos, enquanto que economistas radicais (muitos ligados ao governo da República Russa, de Yeltsin) empregavam a mais ideologicamente carregada palavra *privatizatsiya*. *** Muito falada foi também a “virada para a direita conservadora” de Gorbachev no outono-inverno de 1990 até o início do ano seguinte.² (Klyamkin, 1990, p. 4-7) Esta virada pode ter sido causada pela insegurança de Gorbachev ao se ver ultrapassado, em suas expectativas, pelos mais radicais (como Shatalin) que já propunham uma passagem ao mercado muito mais rápida e radical do que queria (ou podia) o novo Presidente da URSS. *** A situação econômica beira a catástrofe: o índice de crescimento da economia de 2,5% em 1989 transforma-se em crescimento *negativo* de -4% em 1990. A inflação (fenômeno a que os cidadãos russos não estavam acostumados antes da perestroika) atingia oficialmente 14% em 1990. Boa parte da desorganização econômica (e a perda da conexão adequada entre empresas governamentais sediadas em diferentes locais) deve-se ao conflito de poderes entre o centro e as repúblicas. As demandas nacionalistas levaram a que no final de

² Aqui é interessante notar a seguinte curiosidade. Na URSS, durante a perestroika, os termos “esquerda” e “direita” adquiriram significado oposto ao dos países capitalistas. A direita seriam os comunistas ortodoxos, estalinistas. A esquerda seriam os que queriam modificações no sistema (no caso em direção a “mecanismos de mercado” na economia). Como o movimento em direção à economia de mercado acabou revelando-se, na verdade, um retorno ao capitalismo, por um tempo observou-se na URSS da perestroika a situação esdrúxula de se ter uma *direita* comunista e uma *esquerda* “capitalista”.

1990, 5 repúblicas constitutivas da URSS (Estônia, Lituânia, Letônia, Geórgia e Armênia) já tivessem declarado unilateralmente sua *independência* e as outras tivessem declarado sua *soberania* em relação ao centro (Aslund, 1991, p. 212). O primeiro semestre de 1991 seria marcado, então, não só pelo crescente caos econômico como pelas demandas das repúblicas por maiores poderes. Queria-se forçar um novo tratado da União, mas não se conseguia acordo (principalmente entre Gorbachev e as repúblicas) no primeiro semestre de 1991, o que acabou levando à tentativa de *putsch* de 19 de agosto de 1991, por um grupo de altos funcionários e ministros do governo, descontentes com a possibilidade de dissolução da URSS, implícita no novo tratado da União que seria assinado no dia seguinte.]

1991:

5 jan. 1991 - Decreto Presidencial “Sobre Tarefas Prioritárias Para Implementação da Reforma Agrária”, que permitiria uma redistribuição das terras improdutivas do estado para empresas estatais, cooperativas, etc. e, em forma de arrendamento ou usufruto, a pessoas físicas. (*Izvestiya*, 7 jan. 1991, p. 1)

19 mar. 1991 - Decreto do Conselho de Ministros “Sobre a Reforma de Preços Varejistas”, que determinava o gradual término do tabelamento oficial de preços varejistas nas lojas estatais na URSS. (SP SSSR 1991, n. 8, item 34)

12 abr. 1991 - Lei “Sobre os Princípios Gerais da Empresa Privada na URSS”.

12 jun. 1991 - Boris Yeltsin eleito para o recém-criado cargo de Presidente da Rússia (República Russa).

19 ago. 1991 - Às vésperas da assinatura de um novo tratado da União, que daria amplos poderes autônomos às

repúblicas constitutivas (incluindo-se a possibilidade real de *secessão*), é realizada uma tentativa de *putsch* para a preservação da integridade territorial da URSS. Entre os conspiradores estavam o vice-presidente da URSS, o chefe do KGB, o ministro do exército, o primeiro-ministro e o presidente do parlamento soviético. Ao final de três dias, o *putsch* fracassa e Gorbachev retorna.

21 dez. 1991 - Depois de um segundo semestre caótico em que Gorbachev, após a tentativa de *putsch* havia perdido sua autoridade para controlar as rebeldes repúblicas, em 21 de dezembro, em Alma-Atá, no Cazaquistão, 11 repúblicas da URSS (menos as três do Báltico, já independentes, e a Geórgia, que se encontrava em guerra civil interna) assinam oficialmente a criação da CEI (Comunidade dos Estados Independentes).

25 dez. 1991 - Gorbachev, em vista da dissolução da URSS como *fait accompli* depois da criação da CEI, apresenta sua renúncia pessoal como Presidente da URSS, passando, inclusive, o “botão nuclear” a Yeltsin.

26 dez. 1991- A dissolução oficial da URSS é votada por 30 dos 173 deputados do Soviete das Repúblicas, que aprovam também o tratado de Alma-Atá (criador da CEI), antes de decidir pela própria auto-extinção do parlamento soviético.

* * *

O propósito deste resumo sinótico, além de apresentar aos leitores brasileiros uma descrição detalhada das principais leis-chaves promulgadas na URSS no crucial período 1985-91, é melhorar o entendimento das diferentes fases que, do ponto de vista da economia política, compuseram a perestroika (um processo que, na época, parecia extremamente caótico e sem direção específica). O objetivo das reformas (e a própria ideologia dos governantes e governados

soviéticos) passou por três fases distintas. Na primeira (1985-1987), o principal objetivo econômico era introduzir uma certa descentralização do poder para as empresas e autoridades locais a fim de aumentar a iniciativa individual e local para retomar novamente os índices altos de crescimento econômico (que tinham estado baixos na década precedente à perestroika). O planejamento central se concentraria nas metas gerais da economia (deixando as minúcias para órgãos locais, ministérios e empresas) e passaria, gradualmente, a ter um caráter mais *indicativo* que *diretivo*. As empresas, entretanto, permaneceriam estatais. Ou seja, claramente, o objetivo de Gorbachev com as reformas, nesta época, **não era substituir o sistema soviético de planejamento centralizado, e sim aperfeiçoá-lo**. (Gorbachev, 1987-1990, v. 3, p. 6) Como a situação econômica não melhorou, depois de uma fase de transição (em 1988), em 1989 passou-se à fase em que se considerava necessário, não apenas a mera descentralização do poder para as empresas e localidades, mas também a introdução de “mecanismos de mercado” (competição, desmonopolização, falência para as empresas que davam prejuízo, novas formas de propriedade, etc.). Mesmo nesta fase, o governo ainda insistia que a introdução destas medidas não afetaria o caráter “socialista” do sistema do país, já que a maioria das empresas industriais de grande porte e das fazendas coletivas permaneceria em mãos do estado. Fazia-se, inclusive, muitas referências à NEP (Nova Política Econômica), criada por Lenin, nos anos 20, que também permitiu a propriedade privada em pequena escala (principalmente na agricultura e pequenas lojas). Entretanto, com o aprofundamento da crise econômica (beirando o caos no final de 1990) e a perda de controle, pelo governo central, da situação em várias regiões do país (devido aos movimentos

nacionalistas e conflitos inter-étnicos), Gorbachev perde as rédeas do processo. Ele é atropelado por setores mais radicais, principalmente os chamados “democratas” que propunham a democracia multipartidária na URSS e privatização em larga escala, tornando, o slogan “passagem ao mercado”, na prática, um “retorno ao capitalismo”. Os conflitos nacionalistas se aguçam a tal ponto no início de 1991 que passam a atrair tanta atenção quanto os problemas econômicos. Estes movimentos nacionalistas (e a reação a eles na forma da tentativa de *putsch* de agosto de 1991) tem ligação direta com a desintegração final da URSS.

Sobre os problemas nacionalistas na URSS na época da perestroika, é importante notar as seguintes transições no processo. Na parte inicial da perestroika, a deterioração da situação econômica levou a um acirramento dos sentimentos nacionalistas (até 1985, mais ou menos “adormecidos” ou meramente latentes), através do aumento das disputas por recursos e empregos. Já no período final da perestroika, as perturbações nacionalistas e conflitos inter-étnicos levaram a um aumento da deterioração econômica, pois interrompiam as ligações econômicas entre empresas e ramos industriais localizados em diferentes regiões e diminuía a capacidade do governo central em coordenar e efetivamente governar a economia do país como um todo.

BIBLIOGRAFIA

ASLUND, Anders. *Gorbachev's struggle for economic reform*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

FERNANDES, Luís. *URSS: ascensão e queda*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

GORBACHEV, Mikhail Sergeevich. *Izbrannye rechi i stat'i* [Discursos e artigos selecionados]. Moscou: Politizdat, 1987-1990. 7 v.

Izvestiya Sovetov Narodnykh Deputatov SSSR [Notícias dos Conselhos de Deputados do Povo da URSS; órgão oficial do poder legislativo na URSS]. Moscou: Izdatel'stvo "Izvestiya", diversos números.

KHANIN, Gregorii Isakovich. Ekonomicheskii rost: al'ternativnaya otsenka [Crescimento econômico: avaliação alternativa]. *Kommunist*, Moscou, n. 17, p. 83-90, nov. 1988.

KLYAMKIN, Igor'. Oktyabrskii vybor prezidenta [A opção do presidente em outubro]. *Ogonek*, Moscou, n. 47, p. 4-7, nov. 1990.

LIGACHEV, Yegor. *Inside Gorbachev's Kremlin: the memoirs of Yegor Ligachev*. Boulder: Westview Press, 1996.

Pravda [Verdade; órgão oficial do Comitê Central do PCUS]. Moscou: Izdatel'stvo 'Pravda', diversos números.

Sobranie Postanovlenii Pravitel'stva SSSR (SP SSSR) [Coleção de Decretos do Governo da URSS]. Moscou: Sovet Ministrov SSSR, diversos anos.

Vedomosti Verkhovnogo Soveta SSSR (VVS SSSR) [Registro Oficial do Soviete Supremo da URSS]. Moscou: Izdatel'stvo Verkhovnogo Soveta, diversos anos.